

# Alexandre Herculano: a arte e a ciência do mestre lusitano

GLENER OCHIUSSI\*

**RESUMO:** Este trabalho pretende analisar duas das obras centrais de Alexandre Herculano, ambas essenciais para a formação do cânone português: *O Bobo* e *História de Portugal - I*. A primeira foi de importância matricial para a introdução, em Portugal, do romance histórico. A segunda representa um marco para a historiografia portuguesa. Diante de tais análises, concluímos que, nas duas obras estudadas de Herculano, ciência e arte se entrecruzam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alexandre Herculano; Historiografia Francesa; Literatura Portuguesa; Romantismo Português.

**ABSTRACT:** This work intends to analyze two of the central works of Alexandre Herculano, both essential to the formation of the Portuguese canon: *O Bobo* and *História de Portugal - I*. The first was extremely important to the introduction of historical novel in Portugal. The second represents a milestone for the Portuguese historiography. Given these analyzes, we conclude that in both Herculano's works, science and art are intersected.

**KEYWORDS:** Alexandre Herculano; French historiography; Portuguese literature; Portuguese Romanticism.

---

\* Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – São Paulo – Brasil. E-mail: [hiden\\_ochiussi@hotmail.com](mailto:hiden_ochiussi@hotmail.com)

## Introdução

Este trabalho pretende analisar duas das obras centrais de Alexandre Herculano, ambas essenciais para a formação do cânone português: *O Bobo* e *História de Portugal*. Para tanto, procuramos focalizar, nesta pesquisa, a construção histórica e ficcional de Portugal, mais especificamente, a Batalha de São Mamede (1128) e suas respectivas personagens. Para efeito de organização, dividimos este artigo em três partes interdependentes: a construção da nação portuguesa – o amor é subjugado pela vingança (análise de *O Bobo*), a saga de um historiador romântico na periferia da Europa (estudo da obra *História de Portugal*) e conclusão (entre a ficção e a história).

### A construção da nação portuguesa – o amor é subjugado pela vingança

O romance é a mais alta entre todas as formas simbólicas,  
a poesia romântica, a ideia mesma de poesia

Walter Benjamin – *O conceito de crítica  
de arte no romantismo alemão*

Publicado em 1843, na revista *O Panorama*, da qual Herculano era editor-chefe, o romance *O Bobo*<sup>1</sup> só foi editado em volume em 1866, após a morte do autor (OLIVEIRA, 2000, p. 129). Diante do cenário literário da época, tal romance pode ser considerado central para a interpretação da obra de Herculano. De acordo com Paulo Motta Oliveira (2011), o romance teria chegado a Portugal antes mesmo que os romancistas. Os portugueses, assim como os brasileiros<sup>2</sup>, aprenderam as regras do romance lendo autores franceses e, por vezes, ingleses, na língua original ou em traduções. Romances estrangeiros, por certo, existiam em Portugal, os romancistas nacionais, porém, ainda eram escassos. Nesse sentido, Herculano foi um dos primeiros intelectuais portugueses a se dedicar ao romance histórico. Vivendo em um ambiente de efervescência cultural, mesmo estando na periferia do continente europeu, o autor acabou sendo influenciado por dois grandes mestres do gênero: Walter Scott, autor de *Ivanhoé* (1819) e Victor Hugo, escritor de *Notre Dame de Paris* (1831). Do primeiro, Herculano conservou a genialidade em pintar, com fortes cores, a nacionalidade local. O segundo lhe serviu de base para que o autor pudesse construir alguns de seus mais célebres heróis. (MARINHO, 1992).

Ainda na introdução, de seu romance *O Bobo*, Herculano diz:

Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afetos da nacionalidade. Que todos aqueles a quem o

<sup>1</sup> Para mais informações sobre *O Bobo*, ver a tese de doutorado *Figurações do mouro na literatura portuguesa: o lado errado no Marenostro?*, de Carla Carvalho Alves (2010).

<sup>2</sup> Ver: *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz (1981).

engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime (HERCULANO, 1972, p. 12).

E continua:

E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande vulto dos seus antepassados (HERCULANO, 1972, p. 12).

Como um pioneiro do romance histórico em Portugal, Herculano pretendia elevar seu trabalho ao extremo, assim como ocorria naquele momento, com esse gênero, em outros países da Europa. Não por acaso, nessa mesma época, Alexandre Dumas fazia sucesso na França com os seus romances-folhetins<sup>3</sup>. Para Herculano, todos os literatos de respeito deveriam seguir os parâmetros da escrita nacionalista. Não podemos nos esquecer de que, no momento da publicação de *O Bobo*, Portugal estava sendo governado por Costa Cabral<sup>4</sup>, inimigo político de Herculano. Para este jovem intelectual, aquele era o momento do país buscar os grandes feitos de sua história no passado. O liberalismo de Herculano enxergava na fragmentação política da Idade Média e em sua cultura criativa, mantida em partes, pelo catolicismo, um dos monumentos de maior valor da nação portuguesa. Ademais, a primeira metade do século XIX é marcada pela publicação de diversos romances que tinham o nacionalismo como tema central e, a Idade Média, como ambiente histórico.

Para Antônio José Saraiva:

Seguindo os criadores do gênero [romance histórico], Herculano pretende, nos seus contos, narrativas e novelas evocar uma Idade Média pitoresca, cheia de contrastes, povoada de homens de feições salientes e capazes de grandes paixões – em contraste com o amaneiramento palaciano do classicismo ou com a vulgaridade cinzenta dos tempos modernos. E também uma Idade Média de liberdade e de particularismos, origem das nacionalidades modernas – em contraste com o nivelamento e a centralização impostas pelo absolutismo monárquico (VEIGAS, 2014, p. 257).

Baseando-se em documentos de época, aos quais o autor teve acesso na época da redação de *O Bobo*<sup>5</sup>, Herculano traça, neste romance, os preparativos para a independência da nação portuguesa. Mais especificamente, o livro trata dos momentos que antecederam a Batalha de São Mamede. Esta, para Herculano, iria conceder, ao reino português, autonomia

---

<sup>3</sup> O romance *Os três mosqueteiros* seria publicado em 1844, um ano depois de *O Bobo*, pelo jornal francês *Le Siècle*.

<sup>4</sup> Para mais informações sobre o “cabralismo”, ver “A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo”, de Maria Manuela Tavares Ribeiro (1993).

<sup>5</sup> Não devemos nos esquecer de que, já no período, Herculano coletava informações históricas para a escrita de seu *História de Portugal* – I.

política sob o cetro de um novo rei: Afonso Henriques - o fundador da nação. De certo modo, Herculano cumpre o prometido: resgata um momento importante para a história de seu país e o romantiza. O inusitado, porém, é que o grande herói desse romance não é Afonso Henriques, e sim, D. Bibas, o bobo da corte de Guimarães. Mas não vamos, aqui, nos precipitarmos. Antes de tirarmos algumas conclusões a respeito, devemos partir para um trabalho básico, mas não menos relevante: a análise do romance *O Bobo*. Incluímos, aqui, preferencialmente, os trechos centrais para nossa interpretação. Vejamos.

Herculano inicia seu romance descrevendo detalhadamente o ambiente histórico do burgo de Guimarães no início do século XII. De acordo com o autor: “O ameno e aprazível sítio atraiu os poderosos: o conde Henrique quis aí habitar algum tempo, e sobre as ruínas de um fraco e pequeno castelo [...] se alevantou aquela máquina [Guimarães]” (HERCULANO, 1972, p. 16). E continua: “Então surgiu o município<sup>6</sup>: e essas casas, aparentemente humildes, encerravam já uma porção de fermento da resistência antiteocrática e antiaristocrática. [...]” (HERCULANO, 1972, p. 16). Herculano faz questão de destacar, a singularidade do local: “É nesta alcáçova, cingida das suas fortificações lustrosas, virgens, elegantes, e todavia formidáveis, onde a nossa história começa” (HERCULANO, 1972, p. 17). Ato contínuo, o autor nos apresenta os dois mais ilustres habitantes de Guimarães: a “formosíssima infanta” de Portugal, D. Teresa, e o “mui nobre e excelente senhor”, Fernando Peres.

De acordo com Herculano, D. Teresa era extremamente apaixonada por Fernando Peres, o Conde de Trava e este, por ela. Para Herculano, ainda não podemos entender a afeição do Conde de Trava por D. Teresa como “simplesmente um cálculo ambicioso”. E prossegue: “Esta afeição, porém, ardente e mútua, como pelo menos parecia ser, sobremaneira aafiava, tempos havia, as línguas dos maldizentes” (HERCULANO, 1972, p. 17). A primeira cena de relevância é a de um tradicional sarau, no castelo de Guimarães, em que os dois amantes recebiam os ricos-homens de Portugal e Galiza. Herculano explicita, aqui, o caráter submisso da infanta de Portugal frente à influência do Conde de Trava: “Esta [D. Teresa], na sua cadeira de espaldas, escutava Fernando Peres, que, firmando a mão no braço da cadeira, e curvado para ela por detrás do espaldar, com aspecto carregado, parecia dirigir-lhe de quando em quando palavras breves e veementes [...]” (HERCULANO, 1972, p. 32). Na corte de Guimarães, o reverendo Martim Eicha era um fiel partidário da infanta e do Conde de Trava, enquanto Gonçalo Mendes – o *lidador* – e Frei Hilarião eram simpáticos ao jovem Afonso Henriques.

Entre os participantes do elegante banquete, estava D. Bibas<sup>7</sup>: o bobo da corte de Guimarães desde a época do conde Dom Henrique de Borgonha. De acordo com Herculano: D. Bibas “[...] era um vulto de pouco mais de quatro pés de altura; feio como um judeu; barrigudo como um cônego de Toledo; imundo como a consciência do célebre arcebispo

<sup>6</sup> Para mais informações, ver a dissertação de mestrado: *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*, de João Pedro Branco (2007).

<sup>7</sup> Sobre a personagem D. Bibas, ver: PAZ, Juliana Ferreira. A análise da ironia da personagem Dom Bibas no romance *O Bobo*, de Alexandre Herculano. *Nau Literária*, Rio Grande do Sul, v.8, n.2, jul/dez, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/36225/23823>> Acesso: 31 mar. 2017.

Gelmires e insolente como um vilão [...]”(HERCULANO, 1972, p. 19). Nesse momento, Herculano sintetiza a função do bobo medieval: “O bobo, que habitava nos paços dos reis e dos barões, desempenhava um terrível mistério. Era ao mesmo tempo juiz e algoz [...]” (HERCULANO, 1972, p. 23). Em meio aos nobres da corte, o bobo se tornava, com seus comentários irônicos e jograis, um verdadeiro *justiceiro social*. Quando a representação acabava, a realidade voltava a reinar e o bobo saía da glória e, retornava para a obscuridade dos humildes. Herculano arremata a questão, dizendo: “Dom Bibas, debaixo da cruz da sua espada de lenho sentia bater um coração português, português da boa raça dos Godos” (HERCULANO, 1972, p. 26-27). Neste trecho, podemos perceber a preocupação do autor em delimitar a personagem D.Bibas, como um português legítimo, digno das terras lusitanas.

Na sequência, Herculano nos descreve Dulce: filha de D. Gomes Nunes de Bravais, um nobre português que havia morrido em batalha, ao lado do conde D.Henrique. Após a morte de seu pai, Dulce foi criada pela infanta D. Teresa, que tinha por ela amor de mãe. Muito afeito à bela donzela, estava Egas Moniz Coelho, cavaleiro e trovador, primo do senhor Egas Moniz<sup>8</sup>. Sobre os dois jovens, Herculano diz: “Pouco diferentes em idade, semelhantes em génio e caráter e educados juntos [...] os dois mancebos haviam contraído amizade íntima” (HERCULANO, 1972, p. 35). Entre Egas e Dulce, porém, estava o corajoso cavaleiro aragonês Garcia Bermudes. Para Herculano: “[...] Garcia Bermudes amava a donzela querida de D. Teresa, e esperava ser correspondido; porém no coração de Dulce achara um afeto que lá não quisera encontrar: amor sim; mas amor de irmã” (HERCULANO, 1972, p. 36). Enquanto o primeiro, Egas Muniz, era o mais nobre cavaleiro em luta sob a égide de Afonso Henriques, o segundo, Garcia Bermudes era alferes-mor e comandante da cavalaria de Fernando Peres, o Conde de Trava.

Após pintar o ambiente medieval do castelo de Guimarães e delimitar seus principais personagens, Herculano começa a discorrer sobre o contexto histórico em que se passa *O Bobo*: a preparação para a batalha campal de São Mamede - fato crucial para o surgimento de Portugal. Assim, o autor fala brevemente sobre o batismo de cavaleiro do jovem Afonso Henriques na catedral de Zamorra e, logo em seguida, cita pela primeira vez, o “[...] ódio entranhável, acumulado por anos, entre o senhor de Trava e o moço Afonso Henriques” (HERCULANO, 1972, p. 39). E continua dizendo que desde dois meses antes, quando Afonso Henriques havia fugido acompanhado de seus ricos-homens e cavaleiros dos paços de Guimarães, era fácil de imaginar que: “[...] uma terrívelíssima luta ia se travar entre a mãe [D. Teresa e o Conde de Trava apoiados por Garcia Bermudes] e o filho [Afonso Henriques apoiado por Egas Muniz]” (ibidem). Para Herculano, nessa época, começara a ganhar força, em terras lusitanas, o nacionalismo: “As mais províncias da Espanha gradualmente foram parecendo aos olhos dos cavaleiros portugueses uma terra estrangeira, estranhos os filhos delas [entre eles, o conde de Trava]” (HERCULANO, 1972, p. 41). E prossegue: “Um sentimento de nacionalidade surgiu nos corações [portugueses], vago e confuso, mas enérgico” (ibidem).

---

<sup>8</sup> Aio – tutor - de Afonso Henriques. O filho de D. Teresa e do conde D. Henrique de Borgonha ainda não foi citado no romance. Seu nome, porém, será decisivo para o desfecho da narrativa, assim como o nome de D. Bibas: o bobo da corte.

Chegamos aqui, no ponto central da narrativa. Em meio a uma séria conversa entre o Conde de Trava e seu alferes-mor Garcia Bermundes, D. Bibas ressurgiu. Depois de alguns poucos gracejos patrióticos, sempre favoráveis aos partidários do jovem Afonso Henriques, o Conde de Trava o manda açoitar. De acordo com Herculano:

Então o excesso do terror e da desesperação produziu naquele espírito, onde por anos desenvolvera e alimentara constante irritação, uma destas *revoluções morais* em que, no meio de tormentosa crise, o homem se trasmuda em outro homem. Ergue-se, e com gesto desvairado brado: - Está bom! Ninguém se compadece de mim! Serei açoutado como um vil servo judeu! O bobo receberá essa afrontosa pena; mas ele se converterá num demônio... (HERCULANO, 1972, p. 82 – grifo nosso).

Por certo, durante a escrita do romance, Herculano havia estudado, em diversos compêndios de história, o papel do bobo na corte medieval. Note-se que, para o autor, o truão era o único personagem medieval capaz de inverter a ordem cotidiana das coisas. Ele era o único homem humilde a poder encarar, de frente, um rei ou um rico-homem. Tudo dentro da representação teatral, mas ainda assim, um fato exceção para um período repleto de injustiças e opressão. Tomando como base esse raciocínio, quando a realidade está suspensa (como, aliás, é o caso, no gênero romance), o bobo reina intocável<sup>9</sup>. Nesse ponto, é interessante observarmos que a escolha do bobo D. Bibas, por Alexandre Herculano, como personagem central de seu romance, não foi fortuita. De acordo com o inventivo autor: “Era o bobo que nesse momento imperava despótico, tirânico, inexorável, convertendo por horas a frágil palheta em cetro de ferro, e erguendo-se altivo sobre sua miserável existência como sobre um trono de rei [...]” (HERCULANO, 1972, p. 24). Logo, podemos dizer que, para Herculano, o bobo medieval possuía certa imunidade social diante dos poderosos da corte e, se utilizava desse poder, enquanto podia, para vingar o sofrimento diário dos explorados.

O romance segue e a batalha de S. Mamede se aproxima. Nesse ponto, Herculano faz questão de deixar claro, que o coração de D. Teresa, a infanta de Portugal, estava completamente: “Subjugado pelo predomínio infernal, que nele alcançara Fernando Peres, aquele pobre coração de mulher, que cria sentir em si os brios de um coração de homem, sabia apenas despedaçar-se numa contínua alternativa de afetos” (HERCULANO, 1972, p. 171). A infanta ainda amava cegamente seu amante. O amor deste, porém, havia sido superado pela ambição. Fernando Peres, o Conde de Trava, sonhava com a vitória gloriosa na batalha e fazia planos políticos para o futuro: “Depois da vitória ele obteria facilmente do imperador Afonso de Leão os condados de Portugal e Coimbra como feudos reais, e então, arrancando a máscara de um amor que expiara, usaria [sua posição] como senhor do poder [...]” (HERCULANO, 1972, p. 180).

Entre o amor e a vingança, o reino de Portugal estava prestes a surgir. Começaremos, por ordem, pelo amor. Depois de convencer Afonso Henriques de lhe servir de mensageiro, Egas Muniz reaparece no burgo de Guimarães, portando uma carta endereçada ao Conde de

<sup>9</sup> De acordo com Domício Proença Filho: “A matéria literária é cultural. O artista da palavra retira do mundo elementos que, convenientemente organizados, podem representar totalidades e constituir uma afirmação cuja força e coesão não se encontram ao alcance dos profanos” (PROENÇA FILHO, 2000, p. 33).

Trava. Na missiva, Afonso Henriques estabelecia algumas exigências para não invadir a corte de seu padrao, evitando assim, uma sangrenta batalha. O Conde de Trava não aceita as propostas do jovem cavaleiro e manda prender o mensageiro, Egas Muniz. Nesse momento, Dulce é forçada a se casar com Garcia Bermudes para salvar seu amado, Egas. Herculano afirma: “Foi no meio de um banquete de noivado, quando as taças cintilavam erguidas, e as suspeitas carregavam o semblante do cavaleiro que devia estar mais alegre [Garcia Bermudes] [...] que se ouviu correr pelas torres e atalaias o grito de ‘inimigos! [...]’” (HERCULANO, 1972, p. 206). Em meio a uma grande correria, Dulce foge do salão, convence D. Teresa a lhe dar as chaves da masmorra e parte para salvar Egas Muniz. Este, porém, depois de saber do casamento de Dulce com Garcia Bermudes, não aceita ser libertado pela jovem donzela.

Quanto à vingança, D. Bibas se encarrega, a partir de então, desta tarefa. Um pouco antes dos últimos preparativos para a fatídica batalha de São Mamede, o bobo desce ao calabouço do castelo e convence Egas Muniz a fugir, a lutar. Depois de escutar do truão sábias palavras, o cavaleiro se decide pela luta e foge. D. Bibas, habitante antigo do burgo de Guimarães, tinha a seu favor um segredo estratégico: conhecia uma passagem secreta que ligava o interior do burgo com o campo exterior. Assim, Egas Muniz consegue escapar e, desse mesmo modo, alguns cavaleiros de Afonso Henriques entram no burgo e surpreendem os partidários do Conde de Trava que esperavam os seus adversários nas muralhas de entrada de Guimarães e não no interior do burgo fechado e protegido por altas muralhas. A passagem secreta conhecida pelo bobo da corte havia servido de elemento surpresa, a favor das tropas de Afonso Henriques. Um simples bobo da corte desequilibra a mais importante batalha da história de Portugal: a peleja fundadora do futuro reino. Sobre esse assunto, Herculano afirma:

A sorte das armas e a *vingança de D. Bibas* tinham resolvido os futuros destinos de Portugal. Não foi esta a primeira vez, nem será a última, em que uma batalha ou um caturra influam na existência ou não-existência, no modo de ser ou de não-ser *destes corpos morais chamados nações* (HERCULANO, 1972, p. 213, grifo nosso).

E prossegue nos falando da épica batalha de São Mamede: “Brava batalha se pelejara no campo de S. Mamede, junto de Guimarães, onde a hoste do infante travara com a de sua mãe e do conde de Trava” (HERCULANO, 1972, p. 213). D. Bibas consegue, assim, dar forma à sua vingança. O truão estava descontente na corte de Guimarães desde a morte de seu nobre amo, o conde D. Henrique. O ódio ao Conde de Trava havia aumentado quando este lhe havia o mandado açoitar. Agora, o miserável truão concluía sua vingança contra o seu algoz “estrangeiro”. Diz D. Bibas, se dirigindo ao Conde de Trava: “Um castelo por vinte açoutes! O truão é mais generoso que tu. Oh, oh... e desatara a rir” (HERCULANO, 1972, p. 211).

Em paralelo, Egas Muniz consegue matar Garcia Bermudes depois de uma luta entre os dois nobres cavaleiros. Egas faz questão de enterrar seu nobre adversário, sempre muito corajoso e fiel aos seus princípios, no mosteiro de Guimarães, sob as rezas dos abades locais. Dulce descobre que o seu recém-esposo havia sido morto em batalha e, primeiramente, desfalece. O amor carnal, entre Dulce e Egas Muniz, ficava a partir de então, impossibilitado.

Diante do impacto da notícia de que Garcia Bermudes estava morto e de que Egas Muniz teria sido seu algoz, a donzela acaba morrendo: “[...] um grito agudo e rápido, e um pequeno baque no pavimento da igreja soaram como duas notas mais tardias [...] O anjo da guarda de Dulce voava para o céu através das solidões do espaço: uma alma o acompanhava” (HERCULANO, 1972, p. 229-230). Egas se torna monge e morre tempos depois sob o túmulo de sua amada. Em seu romance, Herculano nos diz que existem no mundo, duas “[...] *ardentes paixões humanas: a vingança e o amor*” (HERCULANO, 1972, p. 220, grifo nosso). Por certo, em *O Bobo*, essas paixões estão diretamente ligadas à fundação de Portugal. A vingança do bobo D. Bibas decide a batalha de São Mamede para os partidários de Afonso Henriques, e o amor de Egas Muniz por Dulce move o cavaleiro em uma luta sagaz contra Garcia Bermudes, o principal homem de armas do Conde de Trava.

No final do romance, Herculano discorre sobre o futuro de suas personagens. De acordo com ele, a rainha D. Teresa e seu amásio Fernando Peres, o Conde de Trava, precisaram amargar a derrota longe de Guimarães: “[...] D. Teresa se vira obrigada a fugir com o soberbo estrangeiro, indo encerrar-se no Castelo de Lanhoso, distante duas léguas do lugar do recontro” (HERCULANO, 1972, p. 213). “Gonçalo Mendes tornou-se cada vez mais famoso por inauditas façanhas contra a mourisma, até que expirou às mãos dos sarracenos” (HERCULANO, 1972, p. 231). Frei Hilarião: “[...] Morreu de indigestão de dobrada, como alguns anos antes morrera o gordo bispo de Santiago, o venerável Hermegildo” (ibidem). “O reverendo Martim Eicha voltou para a Sé de Lamego, porque ninguém fez mais caso dele na corte, nem para bem, nem para mal” (ibidem). D. Afonso Henriques é recebido, após “sua” vitória, pela população humilde do burgo de Guimarães. O novo príncipe de Portugal recebe as bênçãos do povo no mosteiro local e, ato contínuo, segue para o castelo:

Então a ponte levadiça do castelo desceu, e alguns homens de armar saíram para o burgo. À sua frente vinha o Lidador, [...] rodeado já da vilanagem, que o saudava e aclamava o infante [Afonso Henriques] [...] D. Bibas, montado em um ginete do Conde de Trava e ataviado com suas louçainhas de bufão, seguia de perto o cavaleiro, rindo e fazendo visagens e momos, sem se esquecer de distribuir golpes de palheta à direita e à esquerda com toda a munificência de truão real (HERCULANO, 1972, p. 217).

E quanto a D. Bibas, o reles bobo da corte? De acordo com Herculano: “D. Bibas, reconquistou a paz de espírito com o gosto da vingança; e ainda por muitos anos alegrou os saraus de seu senhor D. Afonso. Morreu velho [...]” (HERCULANO, 1972, p. 231). No primeiro parágrafo de nossa análise, citamos um trecho em que Herculano descrevia o ambiente moral do município de Guimarães. Para ele, crescia desde cedo, nesta singular localidade, a resistência “antiteocrática e antiaristocrática” (HERCULANO, 1972, p. 16). Pois é exatamente assim que tudo se deu. Vejamos: depois dos açoites, D. Bibas disse que iria se converter em um demónio e, de fato o fez. Por conseguinte, a revolução organizada pelo truão, com base no sentimento de vingança, fora completamente antiaristocrática. O príncipe Afonso Henriques e seus nobres cavaleiros são somente peões manipulados no xadrez político do bobo. Desse modo, podemos dizer que nas últimas páginas do romance,

a vingança supera o amor e uma nova nação é construída. Tudo acontece com base na engenhosidade de um *justiceiro do povo*<sup>10</sup>. De acordo com o próprio D. Bibas: “*Vivi para vingar-me [...] Mal sabes que prazer é o responder com a injúria à injúria, com o martírio ao martírio*” (HERCULANO, 1972, p. 209 – grifo nosso).

## A saga de um historiador romântico na periferia da Europa

O passado fornece um pano de fundo mais glorioso  
a um presente que não tem muito que comemorar.

Eric Hobsbawn – *Sobre história*

Publicado originalmente em 1846, o primeiro volume de *História de Portugal*, cobre o período que vai do começo da monarquia ao fim do reinado de Afonso III. O projeto de Alexandre Herculano era considerado ambicioso para época: fazer uma historiografia, integral, do reino português. A ideia começara anos antes, em 1831. Neste ano, Herculano havia participado de uma revolta fracassada contra o absolutismo de D. Miguel: o levante do regimento número 4 de Infantaria<sup>11</sup> (VEIGAS et al., 2014). Perseguido, o jovem idealista precisou se exilar: primeiro na Inglaterra, depois na França. No país de Chateaubriand, Herculano frequentou a biblioteca de Rennes, onde teve contato direto, pela primeira vez, com os historiadores François Guizot, autor de *Lições sobre a História da civilização na Europa* (1828), e Augustin Thierry, autor de *Lettres sur l'Historie de la France* (1827). Do primeiro Herculano herdara o gosto pelo estudo dos “fatos morais” (DOSSE, 2010), do segundo, a predileção pelas fontes escritas e a ideia da “luta de classes”.

Ainda na advertência do primeiro volume de *História de Portugal*, Herculano afirma<sup>12</sup>:

[...] quem se ocupar da história portuguesa há de sepultar-se nos arquivos públicos, e descobrir entre milhares de pergaminhos, frequentemente difíceis de decifrar, aquele que faz o seu intento: há de indagar nos monumentos estrangeiros onde é que se encontram passagens que ilustrem a história de seu país: há de avivar as inscrições, conhecer os cartórios particulares das catedrais, dos municípios e dos mosteiros: há de ser paleógrafo, antiquário, viajante, bibliógrafo, tudo (HERCULANO, 1908, p. 23).

<sup>10</sup> É interessante observarmos que, assim como outros intelectuais da época, Alexandre Herculano entendia o povo como o Terceiro Estado. Sendo este, sempre, liderado pela burguesia, na luta contra as injustiças do Antigo Regime europeu. De acordo com o próprio Herculano, na introdução de *O Bobo*: “A burguesia (*burgenses*), embrião da moderna classe média, assaz forte para se defender ou, pelo menos, opor à opressão a vingança tumultuária [...]” (HERCULANO, 1972, p. 07). Ademais, os intelectuais europeus dessa época temiam as ações irracionais das massas. Visão esta, advinda do sanguinolento “período do terror” - Revolução Francesa (1789-1799). Para mais informações, ver o artigo “Victor Hugo e o romance histórico”, de Maria de Fátima Marinho (2004).

<sup>11</sup> Para conhecer mais sobre a biografia de Herculano, ver: *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, de Vitorino Nemésio (2003) e *Herculano e a Geração de 70*, de João Medina (1977).

<sup>12</sup> Por razões metodológicas, utilizaremos neste trabalho o português moderno.

Herculano pretendia fazer uma historiografia com base em dados empíricos. Para ele, todo e qualquer bom historiador deveria ter como missão narrar os feitos heroicos de sua nação, imprimindo, assim, em sua obra, um forte teor nacionalista. Não por coincidência, nessa mesma época, a historiografia de Leopold Von Ranke despontava na Alemanha. Novas instituições, nesse período, surgem; ocorre a profissionalização do trabalho do historiador e a disciplina, história das nações, começa a ser ministrada nas escolas europeias. Devido a estes e a outros fatos, o século XIX é conhecido, popularmente, em todo o mundo ocidental, como o “século da história” (DOSSE, 2010, p. 15).

Para António José Saraiva, autor de *História da literatura portuguesa*:

O interesse romântico pela Idade Média, pelas origens da nacionalidade, pelos ideais cavaleirescos, pelo particularismo medieval, além de levar Herculano ao romance histórico, está na origem de seu interesse pela história científica. [...] Como para outros historiadores românticos, nomeadamente Thierry e Guizot a história resume-se para Herculano a uma luta de classes – embora considerada apenas no seu aspecto político e jurídico –, a qual conduz à vitória da classe média, cujo berço são os concelhos medievais (VEIGAS, 2014, p. 258).

Com base em diplomas e documentos da época, Herculano consegue, de modo metódico, traçar uma descrição do ambiente a ser estudado. No primeiro tomo de *História de Portugal* existem descrições precisas da arquitetura dos diferentes períodos analisados, assim como, uma explicação minuciosa das diversas ocupações de época. Tais dispositivos, por certo, aproximavam ainda mais o leitor da obra e ofereciam ritmo ao texto. Nos próximos parágrafos iremos destacar as passagens centrais, do primeiro livro, de *História de Portugal*. Nosso objetivo principal é esclarecer, a partir da historiografia de Herculano, os momentos que antecederam a batalha de São Mamede e a respectiva formação de Portugal. Desse modo, procuramos dar preferência para os acontecimentos históricos centrais. Sem mais, vamos aos fatos.

Logo nas primeiras páginas do livro, Herculano nos apresenta o conde D. Henrique. De acordo com ele, o nobre cavaleiro havia deixado a Borgonha, na segunda metade do século XI, rumo a Galiza<sup>13</sup>. Para o autor, pouco se sabe sobre a vida pregressa do conde. “É certo, porém, que no princípio de 1095 Henrique estava casado com Tarasia ou Tereja (Teresa), filha bastarda de Afonso VI [rei da Galiza]” (HERCULANO, 1908, p. 17). Nasce, dessa união, Afonso Henriques, futuro fundador de Portugal. Nesse mesmo ano, D. Henrique recebe de Afonso VI, como dote, o governo do condado portugalense<sup>14</sup>. Hábil militar e excelente

<sup>13</sup> Segundo Herculano: “A província da Galiza, cuja fronteira variava continuamente segundo os cristãos estendiam os seus domínios por esta parte mais para o sul ou tinham de retroceder diante das armas dos sarracenos, muitas vezes vitoriosas, dilatou-se, enfim, permanentemente até o Mondego. [...] Assim como Coimbra era a povoação mais notável sobre o Mondego, Portucale, situado junto ao Douro, era no século XI, pela sua situação vizinha da foz do rio, pela sua antiguidade, que não só remontava à época dos visigodos mas ainda ao tempo do domínio romano, e pela fortaleza do sítio, cabeça e principal povoação de um território que abrangia ao norte uma parte do litoral da moderna província do Minho e ao sul as terras que até o Vouga se tinham sucessivamente conquistado” (HERCULANO, 1908, p. 08).

<sup>14</sup> Herculano: “[...] o território denominado nos documentos e crónicas dos séculos XI e XII Portucale, Terra

político, D. Henrique desempenhou suas funções, frente aos seus notáveis, com destreza e perspicácia. Herculano afirma que, de acordo com “[...] uma tradição, que os documentos contemporâneos parecem confirmar, [...] o genro de Afonso VI estabeleceu em Guimarães a sua corte, se tal se pode dizer de uma residência incerta e quase anualmente interrompida” (HERCULANO, 1908, 47).

Naquela época histórica, a Península Ibérica passava por uma longa fase de instabilidades. Após a morte de Afonso VI, rei da Galiza, sua filha, D. Urraca, assume o governo. Sem muitas inclinações diplomáticas, a nova rainha coloca o seu reino em uma violenta guerra civil contra Afonso I, o *lidador*, de Aragão. Herculano faz questão de frisar, nesse momento, que mesmo diante de dificuldades, Portugal “[...] conservou sempre um notável aspecto de unidade moral” (HERCULANO, 1908, p. 73). Seguem-se a isso, invasões constantes às diversas localidades do oeste da Europa. Mesmo diante de tal cenário, D. Henrique pensava na independência de seu condado e na possível expansão territorial do mesmo. Para Herculano, já na época, o conde D Henrique insistia em idealizar uma história independente para o reino de Portugal. Em 1º de Maio de 1114, porém, D. Henrique morre e sua esposa, D. Teresa, assume o futuro do condado. De acordo com Herculano: “Se Henrique fora ambicioso, não o era menos sua mulher. [...] Sobravam à infanta ambição, energia e pertinácia [...]” (HERCULANO, 1908, p. 61). Com a morte do conde, a rainha D. Teresa ganha destaque na historiografia do futuro reino.

Herculano diz que foram durante os catorze anos de governo de D. Teresa que “[...] a nacionalidade portuguesa começa a caracterizar-se bem, e à política de D. Teresa se deve, até certo ponto, o nascer e radicar-se em Portugal aquele sentimento de individualidade [...]” (HERCULANO, 1908, 64). “A infanta de Portugal”, de acordo com o autor, “debaixo do gesto angélico escondia o animo sagaz e vivo [...]” (ibidem). É nesse contexto que D. Teresa conhece, em meio à guerra civil, Fernando Peres, o filho do Conde de Trava<sup>15</sup>. De acordo com os relatos do autor, a viúva do conde D. Henrique ficou, em pouco tempo, apaixonada pelo rapaz. Este, por sua vez, em alguns anos, conseguiu a nomeação para o governo dos distritos do Porto, de Coimbra e, finalmente, o título de conde. Ao que Herculano deixa a entender, Fernando Peres exercia excessiva influência sobre a personalidade da infanta de Portugal; fato este que não agradava os notáveis locais.

O autor de *O Bobo* pinta D. Teresa como uma mulher forte e de grande inclinação moral. Para ele, D. Teresa continuou a luta de seu marido, o conde D. Henrique, frente aos barões portugueses, pela independência de seu condado. De acordo com Herculano, o governo da infanta fora de extrema importância para o surgimento posterior da nação. Por outro lado, a paixão por Fernando Peres teria deixado cega a infanta, que passara a transferir as rédeas de seu governo para o filho do Conde de Trava. Diz Herculano: “[...] obcecada esta

---

portacalensis, começa então a figurar como província distinta [...]” (HERCULANO, 1908, p. 12).

<sup>15</sup> Pedro Froilaz ou Conde de Trava era o tutor (aio) de Afonso Raimundes, o único filho homem de D. Urraca. Sucessor por lei, do trono da Galiza. De acordo com Herculano, antes de sua morte, Afonso VI havia dito que o seu trono deveria ser destinado, preferencialmente, ao seu único neto homem, ou seja, Afonso Raimundes. Ainda de acordo com o autor, a família Trava possuía diversos títulos nobiliárquicos e muita influência política, em toda a península Ibérica, durante os séculos XI e XII (HERCULANO, 1908, s/p).

por uma paixão, segundo parece, violenta, é natural que Fernando Peres obtivesse, até, a supremacia sobre os outros condes ou tenentes do resto do país” (HERCULANO, 1908, p. 110). E continua: “A influência ilimitada de Fernando Peres devia forçosamente excitar desde o princípio o descontentamento e o ciúme dos barões portugueses [...]” (HERCULANO, 1908, p. 111). De acordo com Herculano, nessa altura, boa parte da nobreza portuguesa<sup>16</sup> estava receosa com a extrema influência de um “estrangeiro” sobre o destino do país.

Nesse contexto, Herculano passa a discorrer sobre o jovem Afonso Henriques. Para ele, pouco se sabe sobre a infância do príncipe. Assim sendo: “Como a [infância] de Carlos Magno ou de Artur; como a de quase todos os fundadores de antigas monarquias, a sua vida foi desde o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular” (HERCULANO, 1908, p. 112-113). Devemos lembrar, aqui, que Herculano era um crítico feroz das lendas contadas sobre o menino Afonso Henriques. Para ele, essas narrativas serviam apenas para acalmar a ânsia da população por belas histórias. Estas não condiziam com o espírito científico que o jovem historiador procurava demarcar em suas pesquisas. Não vamos nos estender, porém, sobre o assunto; basta dizermos que ótimos trabalhos foram feitos, nos últimos anos, sobre o tema<sup>17</sup>.

De volta à obra, é somente em 1125, que Afonso Henriques entra efetivamente para o rol de heróis da história nacional. Nesse ano, o corajoso príncipe foi armado cavaleiro em Zamorra, importante localidade da Galiza: “Na catedral daquela cidade, no santo dia de Pentecostes, ele próprio foi tirar as armas de cavaleiro de cima do altar de S. Salvador e junto dele vestiu a loriga e cingiu o cinto militar, segundo o costume dos reis” (HERCULANO, 1908, p. 114). Herculano cita, nesse momento, Egas Muniz e diz que o tutor de Afonso Henriques era o mais fiel nobre de Portugal. Sabemos que o príncipe Afonso Henriques fora armado cavaleiro à altura dos catorze anos. Idade esta, inadequada para tal glória. De acordo com Herculano, esse fato pode ser entendido como um movimento de protesto dos barões portugueses frente ao cenário da época.

A partir desse ponto, Herculano deixa claro que o domínio do Conde de Trava sob o reino português, beirava o insustentável: “[...] tudo servia para tornar duvidosa a sorte futura de Portugal, ligada à vontade de um valido [Fernando Peres] cujo procedimento político podia ser guiado por considerações e respeitos contrários à desejada independência do país [...]” (HERCULANO, 1908, p. 125). E continua: “As terras de Portugal em que dominavam ou influíam os parciais de Afonso Henriques começaram-se a rebelar-se nos princípios de 1127. Entre elas Guimarães, a antiga corte do conde Henrique, declarou-se pelo infante que aí se achava” (HERCULANO, 1908, p. 123). Nesse contexto, D. Teresa, pressionada por Fernando Peres, rompe relações com o seu filho, Afonso Henriques. Uma nova guerra estava prestes a começar. Esta, porém, iria colocar frente a frente, mãe e filho.

---

<sup>16</sup> Herculano cita a família Mendes Maia, a qual pertencia o arcebispo de Braga D. Paio e afirma que muitas outras famílias nobres, lideradas por esta, estavam a conspirar, já nessa época, contra a rainha de Portugal. A ideia dessas famílias era apoiar a chegada ao trono de Afonso Henriques: filho legítimo de D. Teresa e do conde D. Henrique de Borgonha. O rapaz, porém, ainda era muito jovem para tal feito (HERCULANO, 1908, s/p).

<sup>17</sup> Para maiores informações, ver: BUESCU, Ana Isabel Carvalhão. *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano: Uma polémica oitocentista*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

Diante da situação política e apoiado por diversos barões e famílias nobres de Portugal<sup>18</sup>, Afonso Henriques se prepara para iniciar uma revolução contra sua mãe, a infanta D. Teresa. A palavra revolução não é usada, aqui, por acaso. É exatamente essa a denominação usada por Alexandre Herculano para qualificar a luta do jovem Afonso Henriques, que, na época, contava com dezessete anos de idade, contra a tirania de Fernando Peres, filho do Conde de Trava e amante de sua mãe: “As principais personagens que em maio desse ano [1128] estavam ligadas com Afonso Henriques eram o arcebispo D. Paio, seu irmão Soeiro Mendes, [ambos da família Mendes Maia, que ocupava posição central na conspiração contra D. Teresa] denominado o Grosso, Ermídio Moniz, Sancho Nunes [...] e Garcia Soares” (HERCULANO, 1908, p. 126). Assustada, D. Teresa teria buscado refúgio, na época, juntamente com Fernando Peres, na corte de Afonso VII<sup>19</sup>.

Nesse momento, ocorre em Guimarães, território do condado portugalense, a Batalha de São Mamede. Para Herculano, tal peleja pode ser entendida como o marco fundador do reino lusitano e, por certo, merece destaque:

A revolução parece ter rebentado naquela província [Minho], dilatando-se pelo distrito de Guimarães, pelo condado de Refoios de Lima, pelo território de Braga e pelas terras, enfim, dos nobres que seguiam a parcialidade do infante. A suspeita da ausência de D. Teresa na ocasião do levantamento adquire maior probabilidade, se atendermos a que só quase três meses depois os dois partidos vieram a uma batalha, que foi decisiva e fatal para a rainha. De feito, esta, tendo marchado para Guimarães [de volta da corte de Afonso VII] com as tropas dos fidalgos galegos e dos portugueses seus partidários, aí se encontrou com o exército do infante no campo de S. Mamede, junto daquela povoação. Foi desbaratada D. Teresa e fugiu: nesta fuga, porém, perseguida pelo filho, ficou prisioneira com muitos dos seus (HERCULANO, 1908, p. 128).

De acordo com Herculano, após a vitória na Batalha de São Mamede, D. Afonso Henriques teve a oportunidade de punir D. Teresa, sua mãe, e o filho do Conde de Trava, Fernando Peres, mas não o fez. Contentou-se, somente, em expulsá-los de seu novo reino. D. Teresa morreu, em novembro de 1130, esquecida pelos nobres portugueses que tanto deviam à mesma. Aqui, Herculano faz uma ressalva: “Os escritores modernos, empenhados em salvar a reputação moral de D. Teresa como mulher, esqueceram-se de lhe fazer justiça como rainha ou regente de Portugal” (HERCULANO, 1908, p. 130). Para ele, as ações da infanta Teresa eram ainda muito pouco valorizadas pelos historiadores. O autor prossegue: “O castigo de um erro, que medido pelos costumes do tempo, estava longe de ser imperdoável, parece-nos demasiado severo e o procedimento dos barões portugueses para com ela merecerá dos desprevenidos a imputação de ingrato” (HERCULANO, 1908, p. 132).

<sup>18</sup> Herculano deixa claro que essas famílias notáveis manipulavam completamente as vontades do príncipe Afonso Henriques. Para ele, o rapaz era ainda muito moço para entender completamente a situação imposta (HERCULANO, 1908, s/p).

<sup>19</sup> Também chamado de Afonso Raimundes, primo de Afonso Henriques e, rei da Galiza – o jovem príncipe assumiu o trono após a morte de sua mãe, D. Urraca. O autor não nos deixa esquecer que a família de Fernando Peres, era muito bem vista na corte de Afonso VII: seu pai havia sido aio do jovem príncipe (HERCULANO, 1908, s/p).

Ademais, Herculano procura minimizar o erro da antiga rainha de Portugal, dizendo: “D. Teresa foi vítima de um sentimento nobre em si, mas às vezes excessivo e cego, que ela tinha feito crescer, radicar-se, definir-se, e que serviu de pretexto de rebeldia à ambição de Afonso Henriques [...]” (ibidem). Note que neste trecho, Herculano deixa o rigor científico de lado e cede espaço ao puro romantismo. Mesmo depois de sua morte, no desterro, “[...] os restos de D. Teresa ainda tiveram quem sobre eles vertessem lágrimas” (HERCULANO, 1908, p. 130). A admiração de Fernando Peres pela infanta era eterna.

Com o fim da batalha de S. Mamede<sup>20</sup>, Afonso Henriques passa a ser um dos nomes mais importantes da história de Portugal. Durante o seu governo, a nacionalidade portuguesa ganha forma. Segundo Herculano: “Na idade de pouco mais de vinte e um anos, dotado de génio belicoso e destro nas armas, Afonso Henriques estava talhado para desenvolver largamente a ideia da nacionalidade portuguesa, ideia que amadurecera e se radicara nos ânimos de modo indestrutível” (HERCULANO, 1908, p. 142). Para Herculano a documentação sobre o governo do jovem príncipe ainda era escassa. Esses poucos papéis e diplomas, porém, eram preferíveis às “[...] fábulas inventadas com o correr dos séculos e às tradições maravilhosas recebidas com sobrada boa-fé, não só pelos cronistas, mas até pelos mais graves historiadores” (HERCULANO, 1908, 140). Mais uma vez, nosso autor coloca em xeque a confiabilidade de seus pares, os historiadores lusos. Por certo, sabemos, hoje, que a obra *História de Portugal*, de Herculano, teria contribuído muito, no momento de sua publicação, para a evolução da historiografia lusitana. Podemos, porém, em algum momento, colocar em xeque o rigor científico da obra citada? Teria o discurso literário alguma influência sobre o trabalho historiográfico de Herculano?

## Considerações finais – entre a ficção e a história

A arte e a história são os mais poderosos instrumentos da  
nossa indagação sobre a natureza humana.  
Que saberíamos sobre o homem sem essas  
duas fontes de informação?

Ernst Cassirer – *Ensaio sobre o homem*

De acordo com Aristóteles (2003), o historiador escreve o que aconteceu, enquanto o romancista escreve o que poderia ter acontecido. De fato, a partir das análises efetuadas acima, podemos perceber que o discurso literário se assemelha, em muitos pontos, com a narrativa histórica. Na verdade, quando o autor estudado é Alexandre Herculano, tais discursos se entrecruzam. Para José Américo Miranda, autor do artigo “Romance e História”:

Romance e história são resultados da atividade do espírito humano que respondem, sempre, cada um em suas circunstâncias e segundo os códigos que

---

<sup>20</sup> É interessante notar que Herculano cita poucas vezes o nome desta batalha, apesar de sua importância matricial para a formação de Portugal e, quando o faz, limita-se a poucas linhas.

lhe são próprios, às necessidades do tempo presente. O objeto da história é o passado. É a história que faz vir ao presente o que já não está mais aí. O objeto do romance é a imaginação do homem. É ele que traz ao nosso presente o que jamais esteve aí (MIRANDA, 2000, p. 17).

Por certo, sabemos hoje que as regras metodológicas da história são distintas das diretrizes básicas da literatura. Ainda segundo José Américo Miranda:

Aproximadas assim, a história e a arte em geral, interessa-nos, no território desta, a arte particular da literatura, e, no campo que lhe é próprio, a forma particular do romance. O que distingue, então, história de romance (ou ciência de arte), é que a primeira é forma sujeita a limitações empíricas, ao passo que a segunda é forma livre, muito embora a liberdade total, absoluta, seja uma impossibilidade (MIRANDA, 2000, p. 21).

Na primeira metade do século XIX, porém, tal distinção não era tão clara. A rigor, a obra *História de Portugal* de Alexandre Herculano apresenta falhas metodológicas, como toda e qualquer obra historiográfica do início do século XIX. Do mesmo modo, seu romance *O Bobo* possui diversas lacunas interpretativas, como a maioria dos romances históricos do período. Ambas as obras, porém, representam muito para o desenvolvimento da intelectualidade portuguesa. Na realidade, podemos ainda ir um pouco além.

Em seu artigo “Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção”, Paulo Motta Oliveira afirma que o romance *O Bobo* possui uma história editorial peculiar se a compararmos com a de outras obras de Alexandre Herculano (OLIVEIRA, 2000, p. 129). Para o pesquisador, Herculano nunca teria ficado satisfeito com essa obra (OLIVEIRA, 2000, p. 132). Por este motivo, o autor, nunca teria autorizado sua publicação em vida<sup>21</sup>. Para Oliveira esse sempre foi um romance perturbador para Herculano: “De que *imperfeição* nunca resolvida padecia esse romance?” (OLIVEIRA, 2000, p. 134). “Teria Herculano percebido que neste romance, punha em questão todo o seu trabalho de historiador?” (OLIVEIRA, 2000, p. 148).

As perguntas de Paulo Motta Oliveira são, por certo, intrigantes. Não tentaremos nesse pequeno espaço respondê-las. Iremos apenas dar uma pequena contribuição para a construção da resposta da última indagação. Como sabemos, Herculano teria sido influenciado, em sua escrita historiográfica, pelos franceses François Guizot e Augustin Thierry<sup>22</sup>. O primeiro estabelece para a historiografia “[...] o objetivo de estudar não apenas os

<sup>21</sup> Uma publicação não autorizada seria feita, em 1866, pela livraria popular do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2000, p. 129).

<sup>22</sup> Não podemos aqui nos esquecer das contribuições de Jules Michelet para a construção da escola romântica e liberal francesa de historiografia. De acordo com Dosse: “A contribuição dessa escola pode ser declinada em três pontos: a definição do que são o olhar e as ambições da história, que marca uma ruptura decisiva com os conceitos e as práticas anteriores – a tal ponto que se pode datar dessa época o verdadeiro ‘nascimento da história’; as tentativas de casar ciência e arte, mais a vontade de nutrir a história com filosofia dão às publicações desse período o estatuto de obras literárias e as elevam ao nível de uma reflexão fundamental sobre a história e a forma de escrevê-la; o magistério então reconhecido aos historiadores, que faz destes os artesãos da consciência nacional” (DOSSE, 2010, p. 16-17).

fenômenos materiais e visíveis, mas também de dar lugar aos ‘fatos morais, escondidos, que não são menos reais’ [...]” (DOSSE, 2010, p. 20). O segundo entendia a história como uma espécie de luta de classes, entre a “raça dos exploradores” (os privilegiados com o persistente *Áncien régime*)<sup>23</sup> e a “raça dos explorados” (o terceiro estado, necessariamente liderado pela burguesia liberal)<sup>24</sup>. Ainda de acordo Dosse, em Tierry, a historiografia “[...] traduz-se na adoção da luta como princípio motor da história e na vontade, ao término de narrativas em que indivíduos desempenham um grande papel, de alçar ao nível coletivo e de definir tipos” (DOSSE, 2010, p. 20, grifo nosso). A construção da personagem D. Bibas, de *O Bobo*, é próxima a esta última conceituação: o indivíduo que, no término da narrativa, cria um tipo social. O bobo da corte de Guimarães, mesmo que indiretamente, faz nascer uma nova nação; invoca a partir de seus atos a verdadeira história a ser escrita.

Para o francês François Dosse:

A historiografia da primeira metade do século XIX se inscreve numa relação complexa entre três polos a que podemos chamar de recursos: a erudição, a filosofia, a literatura. Cada obra oferece delas uma trama particular. Esta configuração é fonte de riqueza, mas também de fraqueza, posto que conduz os historiadores a se posicionarem em debates teóricos nos quais sua prática documental não pode, sozinha, garantir sua legitimidade. Toda ela se revela fundadora de um conceito que outorga aos historiadores um papel de destaque: o de narrar a nação, de pôr ordem em seu passado para antecipar seu futuro. Através das diferentes figuras que elencamos, o historiador aparece tal qual um profeta. (DOSSE, 2010, p. 20-21).

Desse modo, concluímos que, mesmo que inconscientemente, Herculano incorporou ao seu romance<sup>25</sup>, *O Bobo*, parte das concepções da historiografia francesa que lhes eram tão caras à época. Logo, podemos dizer que o discurso histórico é intrínseco à construção literária de Alexandre Herculano. Em outras palavras, nas obras de Herculano, neste trabalho, o discurso científico se mistura ao literário. D. Bibas, por exemplo, não é um personagem histórico no sentido lato do termo: o bobo da corte fora construído com base na imaginação do artífice lusitano e não possui um correspondente único e individual na história. Sua representação, porém, é viva: D. Bibas representava todos os oprimidos do burgo de Guimarães, todos os injustiçados de Portugal e, nesse sentido, a personagem deixa de ser apenas ficcional e passa a ser, também, uma alegoria ligada à história. Pensamos, assim, ser ingenuidade pensar que o grande romancista português iria construir a personagem principal de um importante romance seu, ao acaso. D. Bibas representa algo a mais, representa os portugueses legítimos que idealizaram a nação e, Herculano, nada receava quanto a isto.

<sup>23</sup> Antigo Regime: sistema de organização político-social que predominou, na maioria dos países da Europa Ocidental, durante a chamada Idade Moderna (XV-XVIII).

<sup>24</sup> Não por acaso, Karl Marx confere a Tierry o epíteto de “pai da luta de classes na historiografia” (DOSSE, 2010, p. 19).

<sup>25</sup> Como já dissemos, ao longo da escrita de *O Bobo*, Herculano já estava envolvido com o seu projeto maior: escrever uma história integral do reino português.

## Agradecimentos

Agradeço à professora Dra. Luciane Marie Pavanelo (UNESP/IBILCE) pelo auxílio prestado.

OCHIUSI, G. Alexandre Herculano: The Art and the Science of the Lusitanian Master. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 10, n. 1, p. 48-65, 2018. ISSN 2177-3807.

## Referências

ALVES, C. C. *Figurações do mouro na literatura portuguesa: o lado errado no Marenostro?* 2010. 235f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-29112010-142421/pt-br.php>>. Acesso em 23 set. 2017.

ARISTÓTELES, *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BENJAMIN, W. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 1999.

BRANCO, J. P. *O municipalismo no pensamento de Alexandre Herculano (1834-1859)*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Formação Autárquica) – Departamento de História, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2007. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/402/1/16286\\_1\\_-\\_O\\_municipalismo\\_no\\_pensamento\\_de\\_A.\\_Herculano.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/402/1/16286_1_-_O_municipalismo_no_pensamento_de_A._Herculano.pdf)>. Acesso em 19 out. 2017.

CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

DOSSE, F. História e historiadores no século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 15-32.

HERCULANO, A. *O Bobo*. 24 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1972.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal-I*. 9 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1908, v. 2.

\_\_\_\_\_. *História de Portugal-II*. 9 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1908, v. 2.

HOBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARINHO, M. F. O romance histórico de Alexandre Herculano. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, II série, v. 9, s/n, p. 97-118, 1992.

\_\_\_\_\_. Victor Hugo e o romance histórico. SECCÃO DE ESTUDOS FRANCESES DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES E ESTUDOS ROMÂNICOS. (Org.) Estudos em Homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. p. 211-220. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4387.pdf>>. Acesso em 17 set. 2017.

MEDINA, J. *Herculano e a Geração de 70*. Lisboa: Terra Livre, 1977.

MIRANDA, J. A. Romance e história. In: BOËCHAT, M. C. et al. (Org.) *Romance Histórico. Recorrências e Transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p. 17-25.

NEMÉSIO, V. *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*. Lisboa: Impr. Nacional, Casa da Moeda, 2003.

OLIVEIRA, P. M. Alexandre Herculano: malhas da história, armadilhas da ficção. Romance Histórico. In: BOËCHAT, M. C. et al. (Org.) *Romance Histórico. Recorrências e Transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000, p. 129-149.

\_\_\_\_\_. Cartografia de muitos embates– a ascensão do romance em Portugal. *Floema*, Ano VII, n. 9, 2011, p. 249-282.

PROENÇA FILHO, D. *A linguagem literária*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 33.

RIBEIRO, M. M. T. A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo In: TORRALBA, L. R.; ROQUE, J. L. (Eds.). *História de Portugal - v. 5*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993. p. 107-119.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

VEIGAS, A. et al. *Dossiê temático-pedagógico sobre a figura e a obra de António José Saraiva (1917-1993)*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência de Portugal, 2014, p. 241-262. Disponível em: <[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos\\_Curriculares/Portugues/documentos/ajs.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Portugues/documentos/ajs.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2017.

Recebido em: 23 dez. 2017

Aceito em: 02 mar. 2018